



Prefeitura Municipal de Barueri

Estado de São Paulo

PROC. 689/84

Barueri, 04 de outubro de 1984.

MENSAGEM Nº 29/84.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de remeter a V.Exa., para a alta apreciação dessa Egrégia Câmara, o anexo projeto de lei que autoriza o Executivo Municipal a isentar do pagamento da taxa ou da Contribuição de Melhoria os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título de imóveis que foram ou venham a ser beneficiados com obras e serviços de pavimentação, guias, Sarjetas e correlatos.

Esta Administração, tem-se preocupado em não onerar, excessivamente, os munícipes, no que diz respeito ao lançamento e cobrança dos tributos de competência do Município.

Assim, o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana e seguramente a de menor valor dentre os Municípios da Região Metropolitana, mantendo-se em níveis perfeitamente suportáveis pelos contribuintes. Da mesma forma, com o objetivo de oferecer melhoramentos aos diversos bairros e, ao mesmo tempo, diminuir, sensivelmente, o custo das obras de pavimentação, e consequente redução do valor do correspondente tributo, implantou-se o Setor de Pavimentação, responsável pela execução direta de todas as obras e serviços de asfaltamento, excetuada a capa, esta executada por empreitada.

Aludida providência, além de ensejar a absorção de grande número de mão-de-obra dentre os desempregados, possibilitou o barateamento da pavimentação, com custo muito inferior ao valor corrente.

Ainda com a finalidade de não aumentar os encargos financeiros dos contribuintes, esta Administração, com o aval desse Legislativo, sancionou a Lei nº 439, de 4 de julho de



Prefeitura Municipal de

Estado de São Paulo

FLS.	03
PROJ.	639/84
B. Gruber	

Fls. 02.-

1983, com a qual foi autorizada a subsidiar, até o limite máximo de 1/3 (um terço) do custo total, as obras de pavimentação.

O conjunto de tais medidas, inegavelmente, de grande alcance social, tem possibilitado a que a maioria dos beneficiários, embora com sacrifícios, efetuem o pagamento das parcelas do tributo pertinente.

No entanto, lamentavelmente, a inflação - mostra-se, ainda, incontrolada, em níveis insuportáveis. Ao mesmo tempo, a política de arrocho salarial, posta em prática pelo Governo Federal, não permite a que os salários do trabalhador acompanhem a alta do custo de vida. O número de desempregados é, ainda, assustador.

Diante desse quadro, de inegável inquietação social, cabe ao Município, no exercício da competência que lhe é conferida, prestar uma vez mais sua colaboração.

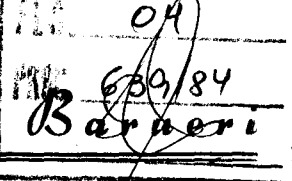
Desta forma, ao autorizar a concessão do benefício fiscal a que se refere, a presente propositura objetiva, - precipuamente, não agravar, ainda mais, o quadro de inquietação social a que se aludiu, exonerando os contribuintes do pagamento do tributo que lhe competia, pela execução de obras de pavimentação - que beneficiou seu imóvel.

Como percebem os Nobres Edis, os argumentos acima, ressaltam evidente e inequívoco o relevante interesse público e cunho social que envolvem o projeto de lei, daí porque de todo indispensáveis maiores considerações para justificar sua aprovação.

A medida é de caráter urgente, razão pela qual solicito se dê a ela o tratamento de urgência a que faz alusão o artigo 26, § 1º da Lei Orgânica dos Municípios, a fim de que o anexo projeto tenha tramitação no prazo máximo de 40 (quarenta) dias.



Prefeitura Municipal de



Estado de São Paulo

Fls. 03.-

Valho-me do ensejo, para reiterar a V.Exa.
e a seus Nobres Pares, os protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

RUBENS FURLAN
Prefeito Municipal

Exmo. Senhor

ANTONIO CARLOS DOS SANTOS

DD. Presidente da Câmara Municipal de
BARUERI.

CÂMARA MUNICIPAL DE BARUERI	
Protocolo nº	1730
Via nº	01 fls. 143
Entrada em	08/10/84